

DOIS MUNDOS, UMA SÓ ESPACIALIDADE*

TWO WORLDS, ONE SPATIALITY

Claudia Loureiro**

Luiz Amorim***

RESUMO

Este artigo discute as transformações efetuadas no projeto original de dois conjuntos habitacionais construídos na Região Metropolitana do Recife, no Nordeste do Brasil, um deles para a classe média e o outro destinado originalmente à população com renda entre um e três salários mínimos. Apesar de direcionados a diferentes classes sociais, identificam-se, a partir das transformações operadas pelos moradores, duas faces de um mesmo processo, na medida em que sistemas espaciais de mesma natureza são gerados.

Palavras-chave: Espaço doméstico; Configuração espacial; Habitação social; Sintaxe espacial.

ABSTRACT

This article deals with the spatial changing process carried out in the original project of a middle-class housing estate and of a low-income public housing complex in the Metropolitan Region of Recife, in the Northeast of Brazil. It reveals that, although the projects addressed and were designed to different social classes, the inhabitants of both housing complexes operated distinct spatial transformations that contributed to generate spatial systems of the same nature.

Key words: Domestic space; Spatial configuration; Social housing; Spatial syntax.

* Este é trabalho é fruto de investigações realizadas no contexto da pesquisa “O morar coletivo: um estudo analítico e proposicional de programas e tipos de edifícios habitacionais multifamiliares” desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU, da Universidade Federal de Pernambuco, com a coordenação dos autores.

** Arquiteta pela UFPE, mestre e doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

*** Arquiteto pela UFPE, PhD pela University College London, professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE.

Este estudo busca explorar os processos que governam a criação de formas no ambiente construído, através da análise das modificações introduzidas no desenho original de dois conjuntos residenciais da Região Metropolitana do Recife – RMR. Os dois conjuntos representam duas diferentes estratégias de solucionar a questão habitacional no Brasil. O primeiro a ser descrito, e o mais recente, foi construído com financiamento direto pela empresa construtora, uma das formas que o mercado imobiliário adotou para, a partir da década de 1990, viabilizar a moradia para esse tipo de consumidor. O segundo, mais antigo, é um exemplar das soluções adotadas a partir da criação do Banco Nacional da Habitação – BNH e das companhias de habitação – Cohab, na década de 1960, para enfrentar a questão da habitação de interesse social.

O argumento explorado toma por base o fato de que, em que pesem diferenças de classe social e de localização dos conjuntos – o primeiro, integrado ao tecido urbano, o segundo, deste isolado – o desenho resultante da intervenção dos moradores guarda similitudes relacionadas aos ideais de morar, diferentes, e mesmo opostos, daqueles que servem de base ao projeto. Discute-se, portanto, a distinção entre as idéias daqueles que usam e as idéias daqueles que projetam. Para estes últimos, o uso é definido *a priori* para permitir otimização racional do processo de projeto e construção do objeto arquitetônico. No entanto, como ressalta Habraken (1998), o uso não é estático nem passivo, mas resultado da interação entre indivíduos, e entre estes e as formas que habitam.

Com base nesse argumento, este artigo discute as relações conflitantes entre dois dos processos que fundamentam a configuração do ambiente construído. O primeiro processo diz respeito às normas e regras de projeto, que ordenam formas e organizam o espaço. O segundo diz respeito aos códigos e convenções de uso que redefinem tanto as formas criadas pelo projeto quanto a organização de atividades desenvolvidas pelos usuários. Entre esses dois pólos – profissional e social –

pode-se observar tanto congruência quanto confluência (JOHNSON, 1993). Congruência visa à busca de harmonia de uma coisa com o fim a que se destina, traduzindo qualidades atemporais e tradicionais, cristalizadas em normas e práticas profissionais, enquanto confluência revela qualidades inesperadas e não planejadas que informam o momento. A organização do espaço doméstico é parte desse processo, no qual opõem-se tanto a visão profissional, orientada por taxonomias precisas e harmônicas, quanto a visão cotidiana, criadora de uma nova agenda e de novas formas de controle.

OS CONJUNTOS: DO PROJETO

O conjunto residencial Morada do Recife Antigo é um complexo habitacional de classe média, construído num antigo bairro popular da cidade, hoje conhecido como Novo Prado. Localizado num vetor de expansão do município do Recife (Fig. 1), o bairro, conhecido originalmente como Bongí, permaneceu como um vazio urbano até a década de 1960, quando grandes equipamentos aí se loca-

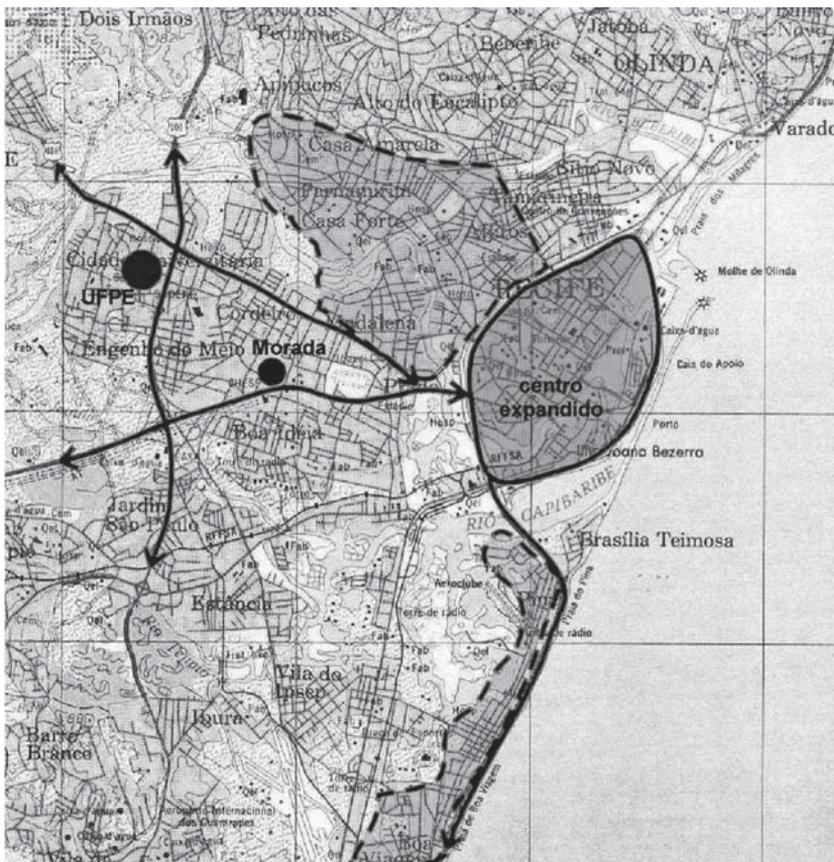


Figura 1. Localização do conjunto residencial Morada do Recife Antigo.

lizaram, como a sede da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Essa ocupação dá início a um processo de requalificação, que culmina com a adoção de um novo nome – acrescenta-se o adjetivo “novo” ao nome de bairro circunvizinho e tradicional (Prado), superando-se, dessa forma, o estigma de sua origem. Assim, a dialética passado/presente não somente permite a invenção da tradição, mas também favorece o processo de gentrificação, através de uma estratégia que evoca uma ação de preservação, de resgate do passado (MARQUES; LOUREIRO, 1999). Sobretudo, a estratégia redefine o *status* da área.

O Conjunto Habitacional Cohab Curado, por outro lado, foi construído numa área periférica da RMR, no município de Jaboatão dos Guararapes, no bairro do Curado. Localiza-se próximo a um distrito industrial, às margens de uma estrada federal, em terreno de relevo acidentado (Fig. 2). Construído em etapas, resulta num assentamento isolado e de tecido fragmentado.

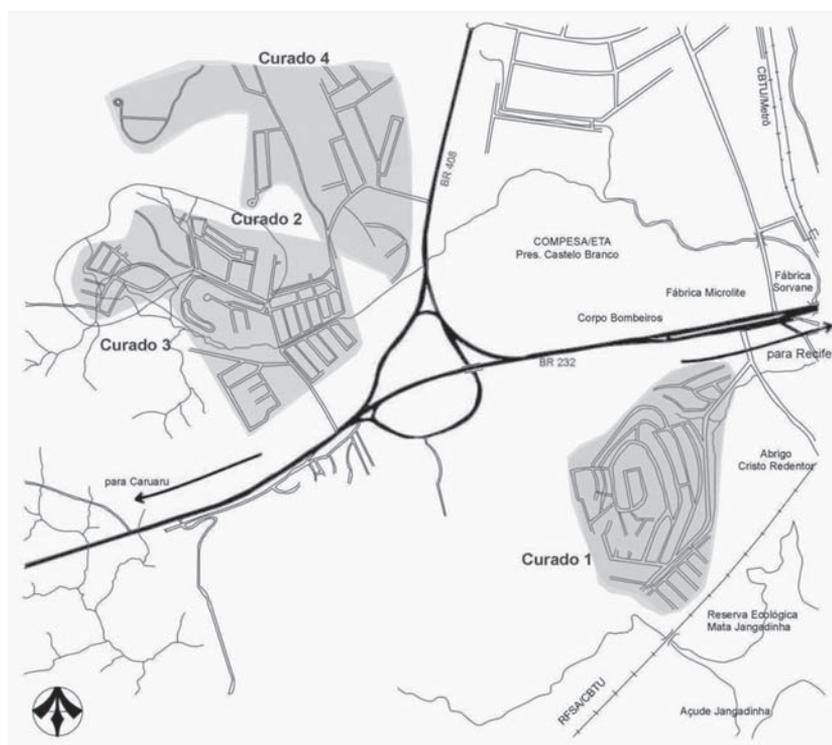


Figura 2. Conjunto Cohab Curado.

O que aproxima os dois conjuntos, à primeira vista, é o número de unidades habitacionais. No Morada são 960 apartamentos de 60 m², distribuídos em 40 edifícios de seis pavimentos sobre pilotis. Até a década de 1990, esse não era um número muito comum para conjuntos direcionados à classe média – até então, a habitação multifamiliar dessa classe se restringia ao edifício isolado ou ao conjunto de três ou quatro edifícios. O conjunto Cohab Curado 3 (terceira etapa)

tem 1.406 unidades habitacionais, 77% das quais são apartamentos de dois ou três quartos, com área variando de 44 a 50 m², agrupados em edificações de três ou quatro pavimentos, sem pilotis, construídos em alvenaria estrutural.

A semelhança quantitativa entre os dois conjuntos é fruto da reorganização do mercado imobiliário, que tem como resultado uma drástica redução das áreas das unidades habitacionais destinadas à classe média e o aumento do número de unidades em regime de condomínio, aproximando-os dos antigos conjuntos habitacionais de interesse social. As semelhanças, no entanto, não são apenas quantitativas. Podem ser observadas na estrutura espacial dos conjuntos.

O residencial Morada Recife Antigo

O conjunto Morada Recife Antigo, projeto dos arquitetos Waldecy Pinto, Carlos Roberto Lins e Márcia Lima (Fig. 3, 4 e 5), é formado por cinco sub-condomínios, denominados pelos arquitetos projetistas de “quintas”, por “evocarem os antigos quintais da cidade” —¹ espaçosas extensões de terreno, com vegetação frondosa. Cada uma abriga oito edifícios em forma de H, agrupados dois a dois, totalizando 192 apartamentos de três quartos e um banheiro social, sala de estar e jantar, com varanda, cozinha, área e banheiro de serviço.

A idéia original do projeto é a de uma estrutura condominial envolvendo todas as quintas, ainda que a documentação legal preveja o desmembramento em unidades autônomas. Assim, no projeto, a delimitação das quintas é legal e simbólica, mas não física. A delimitação legal se dá pela definição dos limites e área de cada uma. A delimitação simbólica se dá pela denominação atribuída às “quin-

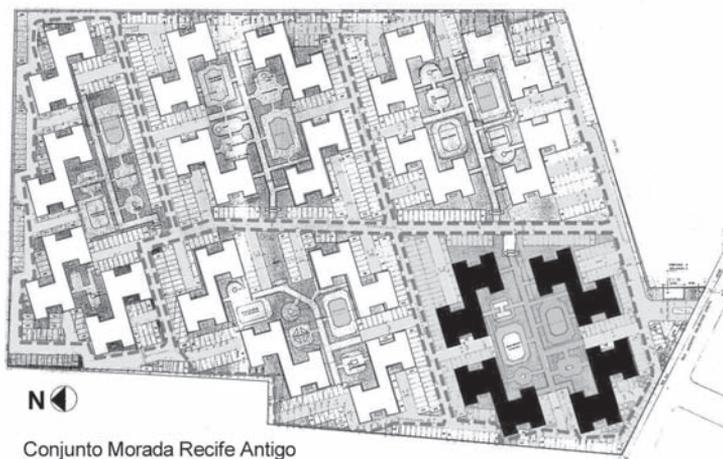


Figura 3. Residencial Morada Recife Antigo – planta do conjunto.
Fonte: Imagem digitalizada do projeto fornecido pelos arquitetos.

¹ Entrevista do arquiteto Waldecy Pinto, concedida a Sonia Marques para elaboração de artigo sobre o conjunto (MARQUES; LOUREIRO, 1999).

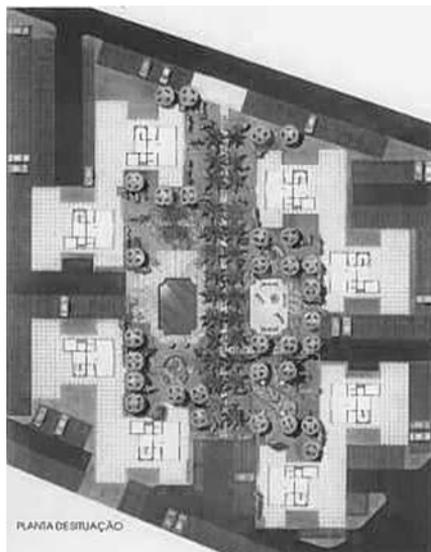


Figura 4. Residencial Morada Recife Antigo – planta de uma quinta.
Fonte: Prospecto promocional.



Figura 5. Edificações do Residencial Morada Recife Antigo – perspectiva do prospecto promocional.
Fonte: Prospecto promocional.



Figura 6. Residencial Morada Recife Antigo – interior das quintas com coreto.
(Foto: Cláudia Loureiro)

tas” e suas edificações, evocando a história da cidade e seus personagens famosos, como os edifícios João Cabral de Melo Neto e Ascenso Ferreira, na Quinta dos Poetas. Tradição e cultura locais estão presentes ainda na forma das edificações, cujos frontões referem-se às fachadas dos sobrados do Recife Antigo e onde se pode ler o nome da edificação (Fig. 5).

O conjunto tem uma via privativa principal para circulação de veículos e vias secundárias para pedestres, de acesso aos diversos edifícios. Em cada quinta, os edifícios são dispostos de forma a se voltarem para o espaço comum de lazer, como uma grande praça privativa, com bancos “tipo veneza”, lampiões para ilumi-

nação, coreto, piscina, churrasqueira, em meio a bem cuidado jardim (Fig. 6). Para os autores do projeto, vem dos claustros coloniais a inspiração dessa praça. No pavimento térreo dos edifícios sobre pilotis, essas facilidades coletivas são complementadas por *hall* social, salão de festas, sala de ginástica e creche. Circundando a quinta, pelo exterior, o estacionamento tem 192 vagas, uma para cada apartamento.

O conjunto habitacional Cohab Curado 3

O conjunto Cohab Curado 3 é constituído de casas unifamiliares geminadas e de edifícios de apartamentos, de três e quatro pavimentos. As quadras ocupadas pelas residências unifamiliares seguem o princípio tradicional do parcelamento em lotes populares de 10 x 20 m. O princípio compositivo das quadras multifamiliares, semelhante ao usado no Morada, consiste na repetição de um mesmo elemento formado por blocos em forma de H, arranjados dois a dois, paralelos entre si (Fig. 7 e 8).

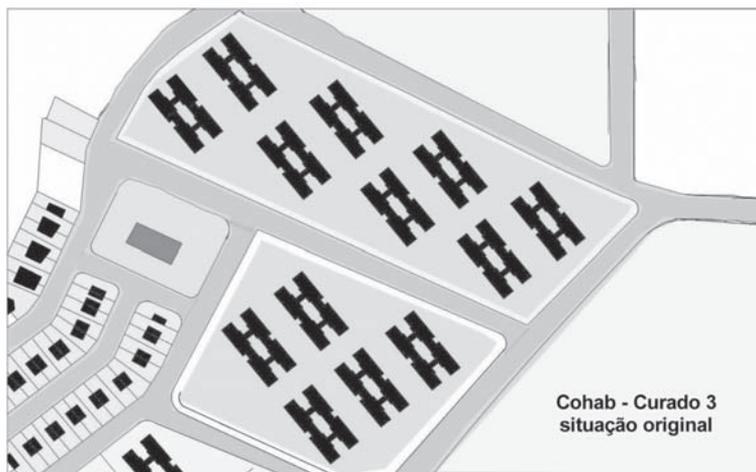


Figura 7. Quadras multifamiliares do Conjunto Cohab Curado 3.

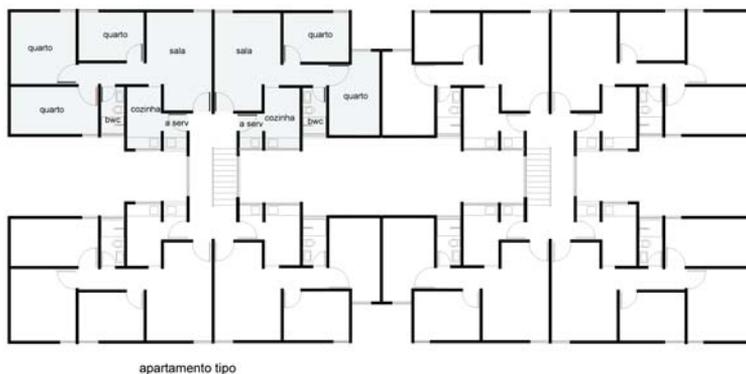


Figura 8. Planta-baixa do bloco típico do Conjunto Cohab Curado 3.

Um aspecto diferencia a quadra para residências unifamiliares das quadras para edifícios multifamiliares. Nas primeiras, apesar da geminação, as unidades habitacionais mantêm independência em relação à rua. Nas quadras multifamiliares não há um parcelamento correspondente a cada edifício – são dispostos seguindo, longinquamente, os preceitos modernistas da torre isolada e do espaço livre e de propriedade e uso público. Nesse caso, o domínio de cada morador se restringe à sua habitação e não mais ao complexo casa+lote, como nas quadras das residências unifamiliares, dado que ele compartilha com os demais moradores do conjunto o domínio da quadra, e com os moradores de seu edifício, os espaços comuns.

Do ponto de vista tipológico e taxonômico, a casa e o apartamento são diferenciados, entre outras características, pelo padrão de acesso à unidade residencial. Enquanto no apartamento o acesso a partir da rua se faz por um espaço comum, compartilhado, na casa este é independente, exclusivo do morador. No edifício de apartamentos, *hall*, escada de acesso e patamares constituem zonas ambíguas entre o interior e o exterior da habitação e seu uso é regulado por códigos jurídicos, físicos e de comportamento. Na casa, a ambigüidade é eliminada pelo portão que separa o lote da rua, desempenhando o papel de um umbral.

Outra característica que distingue os dois tipos de moradia é o espaço livre do terreno. O espaço do recuo para a rua nas quadras com os edifícios de apartamento é público, sem controle – a sua classificação é ambígua, sem definição de frente, fundo ou lados. Nas casas, o espaço do recuo é de propriedade particular e controlado, separado do domínio público por um muro ou cerca, constituindo uma barreira física, legal e comportamental. Sobre o uso desse espaço, o morador tem o domínio. Nas quadras, a destinação do espaço remanescente é objeto de negociação coletiva, devendo atender ao interesse não de uma, mas de várias famílias, além da comunidade que habita a vizinhança. Ele é, na verdade, não o prolongamento da casa, mas o prolongamento da rua.

INTERAÇÃO ENTRE FORMA E USO

As transformações das quintas do Morada

Após a entrega das primeiras unidades do conjunto, uma primeira modificação se mostrou necessária para retificar o domínio físico de cada quinta, o que foi feito com o fechamento dos limites da quinta e do pavimento de pilotis e a instalação de portões eletrônicos e guarita. Dessa forma, reforçou-se o princípio de criar ilhas espaciais (as quintas) conectadas a um sistema de circulação comum (as vias internas), subjacente à forma projetada. Assim, a delimitação originalmente legal e simbólica materializa-se fisicamente.

Não bastasse a introdução desses mecanismos, o controle de uso das áreas comuns foi ainda reafirmado por sinais que desencorajam a utilização das quintas para o movimento natural dos moradores do conjunto, definindo tanto fisicamente quanto simbolicamente os campos de interface entre os moradores de cada quinta e das quintas entre si – ou seja, definindo diferentes domínios. Os sinais são claros: “Proibido a passagem de moradores de outras quintas” (sic) ou “entrada exclusiva dos moradores desta quinta” (Fig. 9).



Figura 9. Sinais de controle de acesso nas quintas (Foto: Cláudia Loureiro).

Aumentar o controle decorre da necessidade de administrar o cotidiano de uma comunidade de mais de 3800 moradores e cerca de 60 funcionários, o que requer a introdução de novas regras. Dessa forma, os códigos de comportamento social, expressos em sinais, vêm complementar os códigos simbólicos, de natureza histórica. O ideal do morar antigo é construído, portanto, por imagens, mas moldado segundo os limites dos males da sociedade contemporânea (LOUREIRO; AMORIM, 2002).

As modificações e os sinais introduzidos contribuiriam para expressar os valores do grupo morador de cada quinta e não do conjunto todo. São também instrumentais na sua regulação das relações de sociabilidade no interior de cada quinta, assim como na definição do gradiente de privacidade em relação ao conjunto.

As transformações no conjunto popular: reconversões e ocupação dos espaços livres das quadras

As transformações no conjunto de interesse social são, aparentemente, mais radicais, sobretudo nos edifícios de apartamento. Superam as restrições geométricas e estruturais típicas do desenho de edificações em altura. Praticamente nenhum edifício permanece restrito à forma da lâmina original, com ampliações sucessivas em todas as direções. Para operacionalizar tais transformações, a racionalidade do projeto é totalmente subvertida. Não somente paredes portantes são modificadas livremente, como estruturas em concreto são introduzidas, sem ne-

nhuma consideração quanto à resistência estabelecida para a estrutura original. Do ponto de vista formal e estético, as transformações são também significativas. As aberturas não seguem a padronização imposta pelo projeto: varandas, balcões, jardineiras ou armários são acrescidos; novas coberturas são introduzidas; novos revestimentos são utilizados. Os valores individuais de cada família moradora orientam um novo desenho.

A transformação mais significativa é aquela em que o morador busca o acesso direto da rua para o apartamento. Pode ser encontrada em qualquer dos pavimentos, do térreo aos pavimentos mais altos. Estabelecem-se, assim, tanto uma negação do princípio condominial e uma transgressão das regras coletivas, quanto a inversão da relação público/privado (Fig. 10).



Figura 10. Edifícios modificados – Conjunto Cohab Curado 3.
(Foto: Cláudia Loureiro)

As modificações são implementadas aleatoriamente pelos moradores, principalmente pela ocupação gradual dos espaços livres da quadra. As mais comuns ocorrem nos apartamentos térreos: um terraço é adicionado, criando-se uma expansão da sala para um jardim “frontal”, gerado pela apropriação da área pública remanescente da quadra. A entrada para o apartamento, que antes se dava pela circulação coletiva do edifício, agora é individualizada e acessível diretamente a partir da rua. Como consequência, o arranjo racional das edificações é contaminado pela “irracionalidade” do fenômeno de agregação múltipla de objetos diversos, propiciando um conjunto urbano inusitado e fortemente individualizado.

As intervenções efetuadas têm um reflexo imediato na configuração dos espaços públicos destinados ao acesso, circulação ou lazer dos moradores do conjunto. Estes são paulatinamente ocupados pela expansão das unidades habitacionais e pela construção de equipamentos de comércio e de serviços. O padrão original,

baseado na formação de quadras de blocos paralelos, definindo espaços intersticiais com pouco controle de acesso e pouco diferenciados, transforma-se em uma sucessão de pátios, vielas e passagens, gerando uma configuração espacial semelhante aos assentamentos autoproduzidos (Fig. 11).



Figura 11. Quadras do Conjunto Cohab Curado 3, modificadas pela intervenção dos moradores.

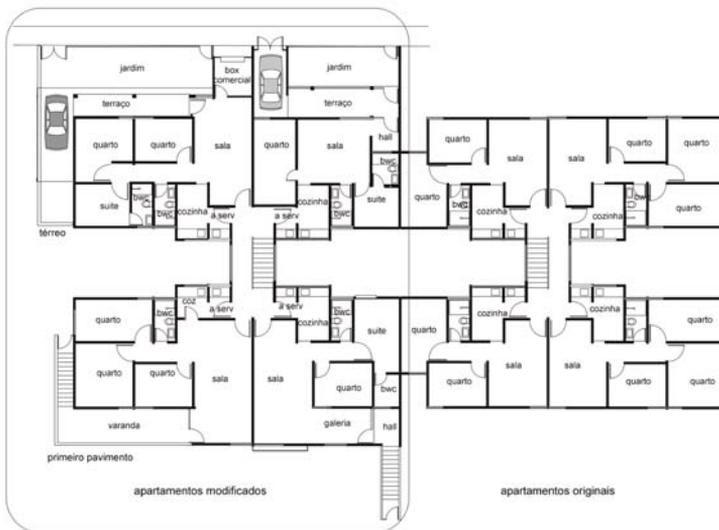


Figura 12. Planta-baixa do bloco típico do Conjunto Cohab Curado 3 com as modificações introduzidas pelos moradores.

A nova forma urbana apresenta, aparentemente, propriedades antagônicas às encontradas nos edifícios de apartamentos. Nestes, as transformações são norteadas pela superação de restrições geométricas, enquanto no espaço público é a ausência de regras que permite maior liberdade de transformação. Nesse caso, supe-

ra-se a ausência de regras. Em certo sentido, a ocupação dos espaços públicos e a mutação das edificações são duas faces do mesmo fenômeno. A face menos visível é aquela que redefine códigos de uso, essencialmente códigos de vida social e de vida espacial, enquanto a mais conspícua é aquela que redefine limites da geometria, subverte a racionalidade construtiva e projetiva e procura estabelecer novas regras de acessibilidade no sistema.

Esse fenômeno de transformação das propriedades morfológicas do projeto original não é uma exclusividade do conjunto Curado 3. Na verdade, vários conjuntos construídos na Região Metropolitana do Recife apresentam características semelhantes, no que se refere tanto às mudanças de uso quanto à forma edilícia e urbana (TRIGUEIRO, 1995). Rigatti (1997), em seu estudo sobre habitação social em Porto Alegre, também retrata condições semelhantes, mostrando que o conflito entre forma, uso e ocupação não é expressão de variáveis regionais, mas do conflito entre princípios projetivos e demandas dos moradores.

Entendendo as transformações: normas e regras de projeto, códigos e convenções de uso

As transformações introduzidas nos dois conjuntos revelam dois aspectos distintos a serem analisados: o primeiro diz respeito ao padrão de acessibilidade e o segundo à interface domínio público *versus* domínio particular. Para entender o efeito morfológico dessas transformações, utilizam-se instrumentos descritivos da configuração do espaço urbano, estabelecidos no contexto da teoria da lógica social do espaço (HILLIER; HANSON, 1984), que tomam por base a representação das áreas livres públicas como um sistema de linhas de visibilidade e acessibilidade – linhas axiais. A conectividade entre elas estabelece uma matriz de relações capaz de identificar o padrão de acessibilidade do sistema. Os resultados obtidos são representados pela distribuição dos graus de acessibilidade no sistema espacial, associados a uma escala de cinza. As cores mais próximas do preto indicam maior acessibilidade e as mais claras, menor acessibilidade.

Nas quintas, o efeito das modificações espaciais é o de concentrar no seu interior as linhas mais acessíveis do sistema espacial, particularmente na circulação central, controlada diretamente pela guarita, tornando os espaços periféricos mais dispersos e profundos. Esse tipo de arranjo, pela concentração de espaços mais acessíveis, aumenta a possibilidade de encontro entre os moradores da quinta, enquanto restringe o movimento de estranhos no interior da quinta. Estabelece-se, assim, um sistema de controle formal na porção mais acessível do sistema: “É proibida a entrada de moradores de outras quintas” (Fig. 9). Na situação original, os espaços mais acessíveis são menos concentrados, e o sistema espacial, menos diferenciado.

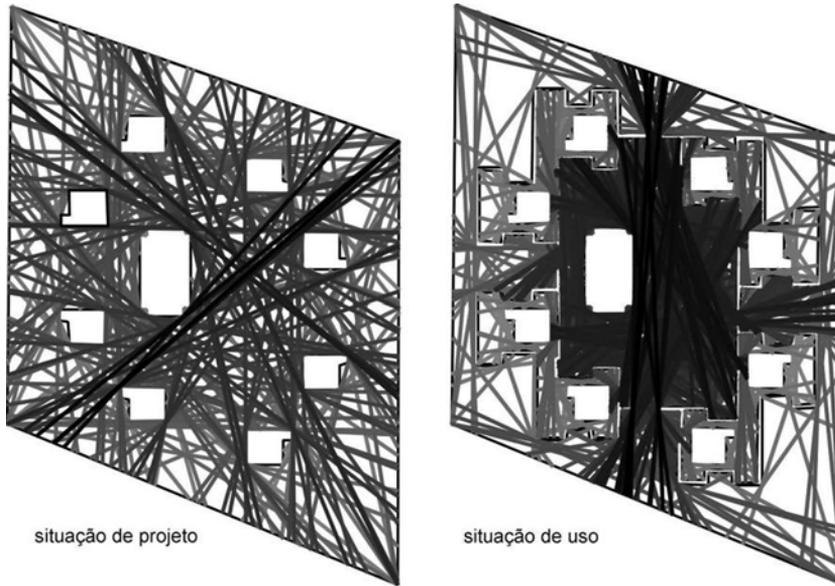


Figura 13. Mapa de acessibilidade de uma quinta.



Figura 14. Modificações nas quadras do conjunto popular.

No conjunto popular, como decorrência das modificações introduzidas, as linhas de maior acessibilidade concentram-se na periferia da quadra, sugerindo que o movimento ocorreria em maior intensidade nas vias circundantes, invertendo a configuração projetada com linhas mais acessíveis de circulação, que cruzam intensamente a quadra no seu interior (Fig. 13). Dessa forma, o movimento de pedestres se diferencia entre o interior e o exterior da quadra – gradientes de privacidade ficam mais claramente definidos, assim como a interface público/privado.

De certo modo, as modificações na morfologia da quadra resultam numa forma mais diferenciada por oposição à forma urbana original, ordenada. Na nova estrutura, a agregação aleatória de unidades não modulares cria diferenciações locais mais evidentes, gerando um sistema global mais diverso. Numa escala de va-

lores compreendidos entre ordem e estrutura, o conjunto popular estudado migra de um extremo a outro, afastando-se da previsibilidade formal do modelo modernista e aproximando-se da imprevisibilidade e aparente desordem dos assentamentos autoproduzidos.

Um segundo aspecto emerge das transformações efetuadas, o da redefinição da interface entre o domínio público e o particular, que ocorre em dois níveis: um, entre as unidades habitacionais e o espaço público, e o outro, entre os espaços livres do interior da quadra e a rua, formando uma intrincada rede de relações locais e globais e de unidades de domínios territoriais. Com isso, é possível o restabelecimento de uma lógica nas polaridades existentes na estrutura urbana tradicional – relação entre espaços fechados e espaços públicos, expressas pela dualidade frente/fundo. Esta, mesmo sem inverter-se, é substituída por uma relação de propriedade pública e particular: o acesso aos apartamentos é feito pelos espaços mais privativos e não necessariamente no fundo da quadra, buscando restituir o sentido de frontalidade das unidades de moradia, pela construção de escadas independentes de acesso diretamente da via pública. Isso pode ser notado pela multiplicação de acessos diretos da rua às novas unidades edificadas, quando comparadas ao sistema original, conforme Figura 15.

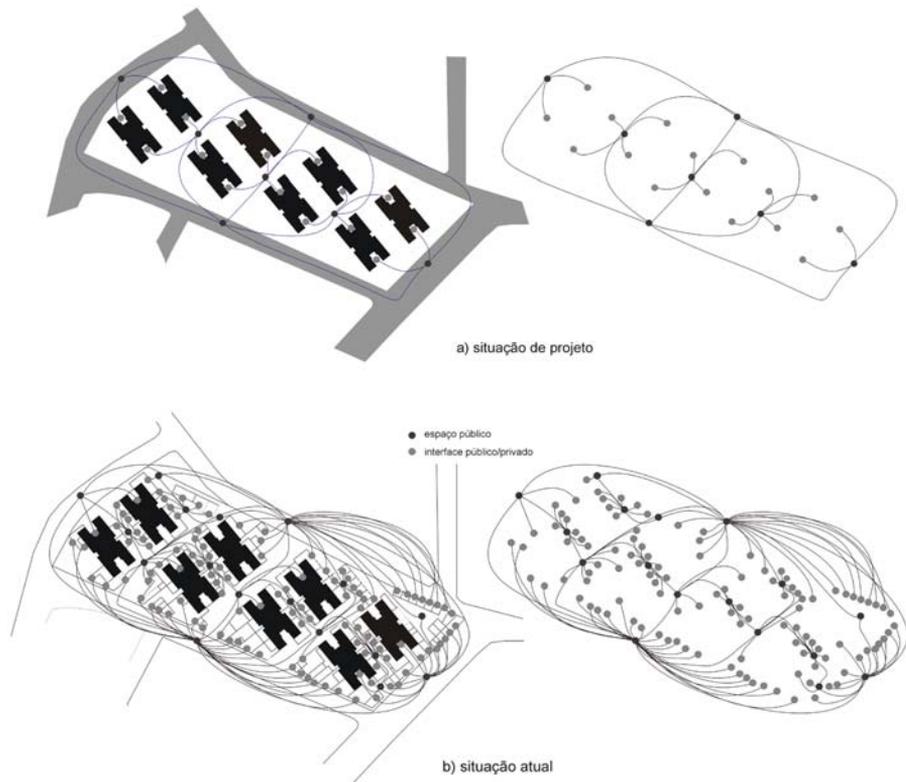


Figura 15. Mapa de interfaces – Curado.

No conjunto Morada Recife Antigo, porém, essa rede de interfaces aponta para um fenômeno inverso. Considerando-se que a interface entre o espaço comum do conjunto e as unidades habitacionais se dá através dos pilotis dos edifícios componentes das quintas, pode-se identificar um número definido de oito pontos de interface espaço comum/espaço privado (Fig. 16). O enclausuramento das quintas reduz esse número aos quatro portões de acesso, reforçando os mecanismos de controle da interface entre habitantes das quintas, moradores do conjunto e visitantes.

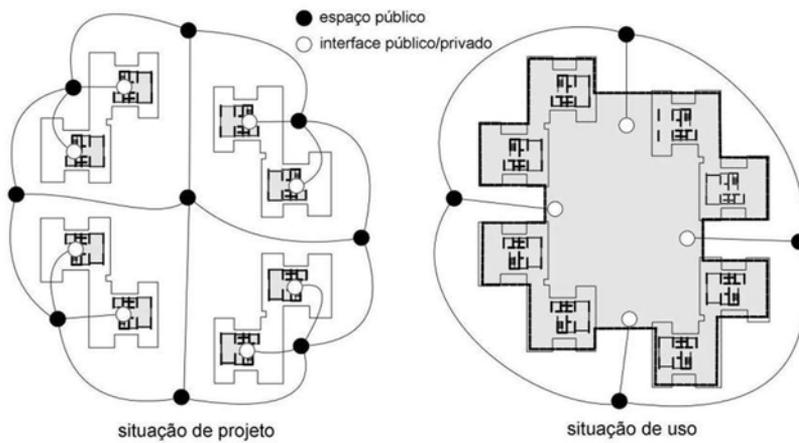


Figura 16. Mapa de interfaces – Morada Recife Antigo.

A natureza das mudanças no Morada em muito se assemelha à encontrada no conjunto popular estudado, na medida em que há maior definição entre os domínios público e particular, nos dois casos. O padrão de estruturação espacial do conjunto é transformado para consignar mais explicitamente propriedades polares típicas do tecido urbano tradicional (AMORIM; LOUREIRO, 2000). Essas propriedades estão relacionadas às oposições binárias que organizam o uso do espaço: masculino/feminino, direita/esquerda, frente/fundo, limpo/sujo, simbólico/profano, público/privado (LAWRENCE, 1997/1990). A expressão desses códigos binários é a um só tempo funcional, espacial, social e psicológica – sua classificação é tanto a demarcação quanto a transferência entre qualquer dos pólos do código (LAWRENCE, 1977/1990). A questão é traduzida pela identificação dos códigos implícitos e convenções por oposição a normas explícitas e regras que definem os limites do projeto e de uso do espaço, notadamente espaços de transição e de limitação entre domínios, como ressalta Lawrence (1997/1990).

CONCLUSÃO: ENCLAUSURAMENTO E AGREGAÇÃO MÚLTIPLA COMO EXPRESSÕES DIVERSAS DO MESMO FENÔMENO

A constante interação entre indivíduos e as formas que habitam são um aspecto fundamental do ambiente construído, representando modos de controle que podem ser observados nos casos analisados. As propriedades configuracionais dos dois sistemas sugerem que as modificações introduzidas pelos residentes e administradores contribuem para gerar um sistema espacial que procura evitar o uso interno da quadra pelos moradores dos conjuntos, restringindo-o aos moradores de cada quadra ou quinta. Dessa forma, é possível restituir algumas propriedades que parecem ausentes nos sistemas projetados. Primeiro, um gradiente de privacidade. Segundo, o restabelecimento de uma lógica nas polaridades existentes na estrutura urbana tradicional – relação entre espaços fechados e espaços públicos, expressa pela dualidade frente/fundo e público/particular. Ao estabelecer-se um sistema hierárquico de movimento, separa-se mais claramente aquilo que é público, as vias de acesso do conjunto, daquilo que é particular, o interior da quadra.

Nos conjuntos populares, a ausência de um gerenciamento condominial permitiu que a agregação aleatória de novas construções estabelecesse um cenário urbano muito próximo de assentamentos autoproduzidos, inclusive com a reconversão de alguns dos pares de oposição referidos acima. No conjunto para a classe média, por outro lado, a existência de um forte gerenciamento condominial e a pressuposição da manutenção de algumas características formais e espaciais do conjunto projetado, fundamental para conservar a imagem pública do morar tradicional, exigiram a ação integrada tanto no âmbito das normas de comportamento social, quanto no espaço edificado.

Enquanto no conjunto de classe média a introdução de um código escrito fez-se necessária, quer por meio de placas de aviso, quer por meio de documentos legais, como a convenção do condomínio, no conjunto popular o desenho resultante da intervenção dos moradores é suficiente para estabelecer comportamentos socialmente aceitos – há uma concordância implícita a respeito das convenções de uso. Nesse caso, indivíduos reconhecem, sem extra indução, significados denotativos e inferem, a partir daí, significados conotativos, estabelecidos por um conjunto de associações relacionadas ao ideal de morar.

Se, de um lado, a agregação múltipla aumenta interfaces e diferencia o anônimo e monótono espaço contínuo dos conjuntos populares, com o objetivo de introduzir padrões de um morar tradicional, de outro, o enclausuramento das quintas procura certa mimese com esse mesmo morar tradicional, pela aproximação de seu discurso simbólico com aspectos morfológicos da cidade tradicional – maior diferenciação entre público e particular. A desconexão entre a desordem popular e a ordem da classe média, portanto, é aparente. As duas demonstram como algu-

mas proposições modernistas de morar, por não observarem topologias socio-morfológicas consoantes com a cultura do morar e expressas em dicotomias e polaridades urbanas, estarão sempre fadadas a transformações inesperadas e, para muitos de seus criadores, indesejáveis.

Referências

- AMORIM, L.; LOUREIRO, C. Uma figueira pode dar rosas? - um estudo sobre as transformações em conjuntos populares. In: NUTAU' 2000, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, 2000, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Nutau, 2000. 1 CD.
- HABRAKEN, N. J. **The structure of the ordinary: form and control in the built environment.** Cambridge: The MIT Press, 1998.
- HILLIER, B.; HANSON, J. **The social logic of space.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- JOHNSON, P. A. **The theory of architecture: concepts, themes and practices.** New York: Van Nostrand Reinhold, 1993.
- LAWRENCE, R. J. Public collective and private space: a study of urban housing in Switzerland. In: KENT, S. (Ed.). **Domestic architecture and the use of space: an interdisciplinary cross-cultural study.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 73-91.
- LOUREIRO, C.; AMORIM, L. M. D. E. Proibida a entrada de moradores de outras quintas: espacialidades específicas em um conjunto habitacional de classe média em Recife. In: RIO, V. D.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (Ed.). **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. p. 249-258.
- MARQUES, S.; LOUREIRO, C. Recriando uma antiga moradia: morar novo, cenário antigo? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 8, 1999, Porto Alegre, RS. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: Propur/UFRGS, 1999. 1 CD.
- RIGATTI, Décio. **Do espaço projetado ao espaço vivido: modelos de morfologia urbana no conjunto Rubem Berta.** 1997. 340f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- TRIGUEIRO, E. *et al.* Reconciliação com o espaço real: transformações morfológicas em conjuntos habitacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 6, 1995. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 1995. p. 835-836.

Endereço para correspondência

CLÁUDIA LOUREIRO

Rua Samuel de Farias, 260 apto. 402

52060-430, Recife – PE

e-mail: cloureiro2004@gmail.com

LUIZ MANUEL DO EIRADO AMORIM

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU

Centro de Artes e Comunicação – UFPE

Avenida dos Reitores, s/n – Cidade Universitária

50741-530 – Recife – PE

e-mail: amorim@ufpe.br